

**DA GRAMÁTICA NORMATIVA À LINGUÍSTICA POPULAR MILITANTE:
UM PERCURSO DA LINGUAGEM NEUTRA**

**FROM NORMATIVE GRAMMAR TO MILITANT FOLK LINGUISTICS: A
TRAJECTORY ABOUT GENDER-NEUTRAL LANGUAGE**

Sidnay Fernandes dos Santos Silva¹

Universidade do Estado da Bahia

Lílian Pereira de Carvalho²

Instituto Federal de São Paulo

Guilherme Freitas dos Santos³

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: Linguagem neutra é, na atualidade, pauta corriqueira em conversas cotidianas. Mas nem sempre foi assim. A temática tão constante neste tempo presente materializa-se em práticas languageiras de defesa da linguagem neutra, de negação e até de produção e propagação de ofensas e de ódio. O uso da linguagem inclusiva (seja pela modalidade oral, seja pela modalidade escrita) já não se restringe aos espaços de militância, alcança diversos espaços sociais e está presente em gêneros textuais formais/institucionais, em textualidades midiáticas e digitais, em espaços acadêmicos, em artigos científicos etc. E, para tratar dessa pauta neste artigo, recorreremos a referenciais teóricos da Linguística (Mattoso Câmara, 1970;1975), da Linguística Popular (Paveau, 2020) e da Análise do Discurso (Paveau, 2013). Discutimos como linguistas e linguistas populares militantes (de um lado, feministas e comunidades LGBTQIA+ e, de outro, os que se autodenominam conservadores) mobilizam dizeres para defender ou refutar a inclusão do gênero neutro em práticas languageiras. Constituímos um corpus analítico com textos produzidos por linguistas profanos: um vídeo postado no *Instagram* e um post do *Twitter*. Com esta pesquisa, propomos discussões que vão desde questões linguísticas à luz de uma visada estruturalista a práticas *folk* que estabelecem a usuários da língua o *status* de linguistas populares.

Palavras-chave: Linguística Popular; Pré-discursos; Linguagem neutra; Prática emancipatória.

Abstract: Gender-neutral language is a subject in day-to-day conversations but it was not always like that. This thematic so usual now comes true by language practices that defend gender-neutral language, its denial and even hate and offence production and propagation. The use of inclusive language (whether through oral or written forms) is no longer restricted to militancy spaces but it reaches different social spaces and it is present in formal/institutional

¹ Pesquisador da Universidade do Estado da Bahia. Email: sidnayfernandes@hotmail.com.

² Pesquisadora do Instituto Federal de São Paulo. Email: lilianpcarv@gmail.com.

³ Pesquisador da Universidade do Estado da Bahia. Email: gadfreitas@gmail.com.

textual genres, in media and digital textualities, in academic spaces, in scientific papers. To discuss all of these, we will recur to theoretical background from Linguistics (Mattoso Câmara, 1970; 1975), Folk Linguistics (Paveau, 2020), and Discourse Analysis (Paveau, 2013). We discuss how linguists and militant folk linguists (on the one hand, feminists and LGBTQIA+ community and, on the other, those who call themselves as conservatives) mobilize sayings to defend or refute inclusion of neutral gender in language practices. We constituted an analytical corpus with texts produced by profane linguists: a video on Instagram and a post on Twitter. With this research, we incite discussions ranging from structuralist linguistic issues to folk practices that establish the status of popular linguists for language users.

Keywords: Folk linguistics; Pre-discourses; Gender-neutral language; Emancipatory practice

Introdução

Neste artigo, abordamos a linguagem inclusiva com foco na polêmica discursiva sobre o uso do gênero neutro no português brasileiro, a partir de aportes teóricos da Linguística (MATTOSO, 1970; 1975) Linguística Popular (PAVEAU, 2020) e da Análise do Discurso (PAVEAU, 2013).

Para iniciarmos esta discussão, sinalizamos brevemente a força que os estudos de gênero e feminismos, ao longo de sua história, imprime no campo da língua(gem) e contribui para o amadurecimento, em espaços científicos e militantes, sobre a inclusão por meio da língua e, em contrapartida, suscita a polêmica tal como a conhecemos neste tempo presente e que vamos tratar, por recorte, aqui.

Borba (2007) pontua que os estudos sobre linguagem e gênero social foram inaugurados na década de 1970, nos Estados Unidos, com a publicação do livro de Robin Lakoff *Language and Woman's Place*⁴. Segundo Borba (2007, p. 259), Lakoff defende que as mulheres têm “um estilo conversacional que privilegia a cooperação, a afiliação e a deferência entre as/os interagentes o que as desempoderam em interações com homens que primam pela competitividade e poder em sua forma de falar”. Trata-se de uma publicação que causou alvoroço e, de certo modo, chamou a atenção de pesquisadores de diferentes campos científicos.

Os estudos sobre a relação entre linguagem e gênero após essa década, no interior dos feminismos, avançaram em sua abrangência e trouxeram complexidades que não podem ser apagadas dos debates. A partir de 1990, entre outros estudiosos, Butler⁵ desconstrói concepções acerca do que é ser mulher/homem, propondo que tais

⁴ LAKOFF, Robin. *Language and Woman's Place*. New York: Harper and Row, 1975.

⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

categorias não sejam vistas como fixas e exclusivamente predefinidas pelo sexo biológico.

Quanto aos estudos no Brasil, Borba (2007) diz que a coletânea *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos* (2006), organizada por Viviane Heberle, Ana Cristina Osterman e Débora de Carvalho Figueiredo, pode ser considerada um marco inicial de pesquisas em interfaces entre a linguística, teorias discursivas e os estudos de gênero social. Uma obra instigante que concebe gênero como “uma categoria socialmente construída, diferenciada da oposição biológica macho/fêmea” (2006, p. 9) e que busca provocar reflexões sobre mudanças de paradigmas tanto no campo social como no campo da linguística.

Impulsionados também por estudos acadêmicos que propõem a inserção do gênero feminino na língua e, posteriormente (ou concomitantemente), a recusa ao binarismo de gênero e que culminam com a política de rejeição a preconceitos e ao sexismo em linguagem, muitos movimentos sociais assumem essa luta e linguistas populares, isto é, não especialistas em questões de linguagem, que militam por essas causas emergem e aprofundam discussões cada vez mais bem elaboradas. Considerando ainda o alcance da Web 2.0, a cibermilitância feminista proporcionou ainda mais visibilidade para as questões relativas à língua como um lugar de identidade e de representação de grupos e não um meio representativo de um grupo apenas (o masculino).

As lutas que ganham repercussão, em um primeiro momento, são, por exemplo, materializadas em expressões consideradas “politicamente corretas” do tipo: “senhores e senhoras”, “todos e todas”; “a juventude” (no lugar de “os jovens”), etc. Há publicações de manuais, guias e projetos de lei sobre o politicamente correto em termos de comunicação e uso da linguagem inclusiva⁶. A esse movimento não faltaram opositores (linguistas e não-linguistas) que se fundamentaram nos argumentos ora da redundância de palavras, ora no espaço linear que se ocupa foneticamente e na escrita, ora pela defesa de o gênero masculino ser o gênero neutro da língua portuguesa, em referência tanto a homens quanto a mulheres.

⁶ Por exemplo: *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende* (2014) Disponível em: <http://portalsemiar.org.br/publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso: 15 agosto 2021.; *Projeto de Lei 3756 /2015, da Deputada Federal Ângela Albino* (2015) sobre utilização da linguagem inclusiva de gênero em documentos oficiais da administração pública; *Manual de linguagem inclusiva*. SINUS (2017). Disponível em: <http://sinus.org.br/2015/wp-content/uploads/2017/05/SiNUS-2017-Manual-de-Linguagem-Inclusiva.pdf>. Acesso: 15 agosto 2021.

Com as lutas históricas que o movimento LGBTQIA+ tem produzido no país, instaura-se a necessidade destes grupos minoritários almejam que a língua utilizada no Brasil os represente⁷. Os primeiros movimentos parecem coincidir com o uso do símbolo @, nativamente digital e utilizado para se referir a pessoas dos gêneros masculino, feminino e não-binário, principalmente em substantivos e adjetivos (amig@s, querid@s). Paralelamente, há também o uso do x (xs amigxs, queridxs) e do -e (amigues, querides). Por conta da limitação destes usos (@, x) à modalidade escrita, atualmente há um consenso maior pelo uso da desinência de gênero - e - para marcar o gênero neutro. Para Almeida (2020), apesar da boa intenção nos usos de @ e x, na modalidade oral, torna-se impronunciável, dificultando “o acesso de pessoas cegas, surdas, com TEA (transtorno do espectro autista) e dislexia àquele conteúdo, isto porque os softwares usados para auxiliar na leitura de textos não reconhecem essas palavras com marcadores “x” e “@”, ou seja, ao invés de incluir, exclui”.

Para este breve estudo, tomamos como *corpus* duas postagens de não-linguistas em diferentes redes sociais com seus posicionamentos a respeito do uso da linguagem neutra, que representam as duas posições contraditórias: favoráveis e desfavoráveis ao uso do gênero neutro. Em um deles, uma postagem de um vídeo da ativista Rosa Laura⁸ com algumas orientações sobre como utilizar a linguagem neutra, na rede social *Instagram*. No outro, verifica-se uma postagem de Adrilles Jorge⁹, posicionando-se contra o uso da linguagem neutra pelo Museu da Língua Portuguesa.

As questões que nos direcionam são: que fundamentos pré-discursivos são basilares para a compreensão dos embates de sentidos em torno do gênero neutro na língua portuguesa? como os linguistas populares (de um lado: feministas, LGBTQIA+ etc, e de outro: os conservadores – defensores da gramática normativa da língua) mobilizam discursos para defender ou refutar a inclusão do gênero neutro em práticas languageiras? Para isso, apresentamos um breve percurso a respeito da linguagem neutra a partir de diferentes perspectivas, discutimos sobre a relação de um purismo da língua com o poder e, por último, analisamos o *corpus* a partir da perspectiva da Linguística Popular e as crenças e saberes envolvidos nesses discursos.

⁷ Dentre as manifestações de ativistas (não-linguistas), destacamos o manual para inclusão de pessoas não binárias e de diversos gêneros biopsicossociais de Gioni Caê Almeida *Manual para uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa*, 2020.

⁸ Formada em Arquitetura pela Universidade de São Paulo e tatuadora. Identifica-se como pessoa não-binária e é ativista da causa trans.

⁹ Comentarista no programa *Morning Show*, na rádio Jovem Pan. Tornou-se conhecido no programa Big Brother Brasil, na edição de 2015.

1. Linguistas e neutralidade de gênero em linguagem

Gonçalves (2021, p. 150) afirma que formulações populares sobre linguagem neutra “nem sempre são apropriadas ou correspondentes com a produção científica de linguistas e nem sempre são consonantes entre os próprios linguistas”. É mesmo um terreno fecundo de embates discursivos que polemizam não só sobre a existência ou não do machismo na língua portuguesa, mas ainda se a denominada “norma padrão” deve se abrir para mudanças que visem a inclusão da diversidade de gêneros biopsicossociais.

Muitos linguistas contemporâneos recorrem aos estudos de Mattoso Câmara (1970) quanto à diferenciação perquirida por este pesquisador em relação ao gênero gramatical e ao sexo para argumentar que há confusão por parte de militantes que propõem sistemas linguísticos estruturais para o uso da linguagem não-binária e, por consequência, posicionar-se desfavoravelmente a essas proposições de não-linguistas. Para Mattoso, as gramáticas tradicionais tratam de modo incoerente a flexão de gênero por associá-la ao sexo dos seres. Gênero, para ele, “abrange todos os nomes substantivos portugueses quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas ‘coisas’” ([1970], 1999, p. 88). Iliovitz & Neto (2007), por exemplo, valem-se dessa perspectiva de Mattoso e acrescentam: “argumentar que o uso do gênero masculino como uma categoria genérica é uma forma de exclusão social das mulheres pressupõe, erroneamente, que gênero gramatical e gênero sexual estariam diretamente relacionados” (p. 10). E afirmam ainda:

Quando, ao fim de um discurso, diz-se “obrigado a todos pela atenção”, a sensação/resposta natural é a de que todos – homens e mulheres! – sintam-se mercedores da gratidão do orador. Esse bom-senso – que aqui queremos preservar – vê-se atualmente ameaçado pela linguagem inclusiva (ILIOVITZ & NETO, 2007, p. 3).

O masculino plural para inclusão da diversidade de gênero é também apresentado por Possenti (2012) que, na esteira da estrutura morfológica e sintática (concordância) das línguas com base em John Martin e Mattoso Câmara, tem em vista os argumentos de que o gênero masculino é não marcado em português em oposição à marcação de feminino (desinência - a). Resumidamente, a desinência - a - sempre marca o gênero feminino, mas a vogal temática - o - não; por exemplo, há palavras

masculinas que terminam com vogal temática - e (mestre), outras que são atemáticas (professor, peru)¹⁰. Conforme as palavras de Possenti:

Mas não parece bobagem falar de formas sem marca de gênero? Não! As palavras ditas masculinas são de fato não marcadas. É por isso que dizemos ‘o circo tem dez leões’ mesmo que tenha cinco leões e cinco leoas, mas não dizemos, no mesmo caso, que tem dez leoas. Também é por isso que se pode dizer que ‘todos nascem iguais em direitos...’, o que inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse ‘todas nascem iguais em direitos...’.

Como se vê, a hipótese seria vantajosa também na morfologia. É coerente, em ambos os domínios. Outro efeito, não desprezível: não veríamos mais machismo onde não há, e ficaria claro que saudar ‘todos e todas’ é apenas uma decisão política (POSSENTI, 2012¹¹).

Só que o masculino plural para inclusão da diversidade de gênero é rejeitado por linguistas populares militantes em prol da linguagem neutra e também por uma parcela de linguistas (dentre os quais nos incluímos) que, mesmo compreendendo estruturas morfológicas das palavras e sintaxe de concordância da língua portuguesa, acreditam que fatores sócio-históricos são determinantes também da língua e promovem mudanças e variações linguísticas necessárias em consonância com a evolução e civilização dos tempos em dada conjuntura histórica, social e política.

Gonçalves (2021, p. 147), em pesquisa realizada sobre neutralidade de gênero na língua portuguesa, esclarece que “[p]ara além de uma questão morfológica *stricto sensu*, observamos que as discussões em torno de uma linguagem neutra extravasam a estrutura linguística para trazer à materialidade da língua algumas questões de identidade e representatividade de seus usuários”.

A língua como um lugar de representatividade é também defendida por Oliveira (2021):

A linguagem neutra é uma proposta de reflexão sobre representatividade e objetiva tornar a língua portuguesa inclusiva para pessoas transexuais, travestis, não-binárias, intersexo ou que não se sintam abrangidas pelo uso do masculino genérico. Apesar de amplas discussões sobre o tema nas redes sociais e entre linguistas na academia, a linguagem neutra ou linguagem inclusiva não é uma nova norma, mas uma tentativa de alguns falantes para que o português possa abranger uma parcela invisibilizada da população.¹²

E, ainda sobre o binarismo em gênero da língua portuguesa, pontuamos que o uso do masculino e feminino na norma da língua padrão remete a um determinismo biológico, esse que é inserido na língua portuguesa diante do pressuposto do que deve ser o “certo” na língua portuguesa. Além disso, há uma bagagem do pensamento

¹⁰ Ver Mattoso Câmara Jr. (1999).

¹¹ Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/questao-de-genero/>. Acesso: 30 agosto 2021.

¹² Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/linguagem-neutra-pode-ser-considerada-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/>

cartesiano, delimitando, numa lógica inalterável, tanto a forma, quanto o uso da língua. No entanto, a sociedade passa por constantes mudanças na dinâmica do novo milênio e é diante destas transformações que incorrem as lutas entre o “novo” e o já “cristalizado”.

Quando esse embate aflora nas discussões de diversos cenários sociais, percebemos uma marca histórica, isto significa a posição de prestígio e “superioridade” na relação idealizada no que tange ao sema “sexo”. Logo, nessa relação conflituosa “o homem” é posto como detentor do poder e se sobrepõe à mulher e, com isso, nega-se outra ideia no que diz respeito à definição de “sexo” fora do padrão. A gramática, fruto da demarcação de poder, retoma os constructos cristalizados do “sexo” biológico, a fim de reproduzir a hegemonia dominante e a conceituação de gênero gramatical é concebida seguindo tal diretriz.

2. Algumas reflexões a respeito de uma língua pura

De acordo com Mattoso Câmara Jr (2011), as investigações acerca da linguagem são favorecidas à medida que as sociedades vão se tornando mais complexas, ainda que essas pesquisas tenham relação direta no choque de causas culturais, sociais, políticas e biológicas. Língua é poder e o estabelecimento da linguagem “certa” também perpassa pela cristalização de valores imanes de uma dada classe social. Logo, a criação de um regimento para linguagem propõe manter uma posição privilegiada nas estruturas sociais mais altas. Dessa maneira, a fim de instaurar o domínio absoluto, a conservação de aspectos linguísticos compõe uma assinatura legitimada.

As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços linguísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados *corretos* e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração a geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem *correta* das classes superiores em seu contato com os outros modos de falar dentro dessa sociedade.

É este tipo de estudo que cria o que, tradicionalmente chamamos de *gramática*. (CÂMARA Jr, 2011, p. 16).

O autor traz um “quarto fator” que reitera a complexificação das sociedades e a investigação mais profícua das, agora, ciências da linguagem. Dessa forma, “O Estudo do Certo e Errado” ganha fundamentação teórica no pensamento filosófico, isto é, “O Estudo Lógico da Linguagem” reforça em caráter científico uma consolidação do imaginário que deve ser transposto para o real de uma sociedade dividida por classes.

Portanto, cria-se, no imaginário cultural de uma sociedade, um real da linguagem. Esse imaginário cultural, porém, é idealizado por uma classe privilegiada que impõe seu regimento linguístico sobre as demais. Sendo assim, existe um engodo legitimando e ratificando “a ideia de que a cultura se desenvolve de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas “sociedades mais avançadas”. (LARAIA, 2008, p. 35).

Corroborando também, para o imaginário de uma construção homogênea da linguagem, os desdobramentos do simbólico na sociedade, ou seja, por meio da simbologia são enraizados valores sociais, emula-se o real latente erguido por anos, acarreta-se sentidos evidentemente intrínsecos aos sentidos unificados e ainda impulsiona as realizações e ações sociais, estimula o fazer e articula comportamentos coletivos.

Enquanto os signos estão diretamente referidos aos objetos, formas, imagens concretas ou abstratas que apontam para uma direção única e conhecida, os símbolos são polissemânticos e polivalentes, aparando-se também no referencial significante que lhes propicia os sentidos, os quais contêm significações afetivas e são mobilizadores dos comportamentos sociais. A eficácia dos símbolos consiste nesse caráter mobilizador e promotor das experiências cotidianas: os símbolos permitem a cura de doenças psicossomáticas e fazem emergir emoções como raiva, violência, nostalgia e euforia. (LAPLANTINE, 1997).

O caráter “articulador” e “mobilizador” do simbólico inflama os ânimos, insufla os sujeitos ao ato reacionário, retira-o da zona de conforto passiva para ativa. E o símbolo de uma “língua pura”, uniforme, com regras preestabelecidas e diretrizes delineadas move todos sujeitos que comungam desse mesmo símbolo. Portanto, analisaremos essa ação reativa e defensora da “língua pura” nas publicações (*posts*, *tweets* e *retweets*) de redes sociais digitais.

As produções languageiras não são fruto do acaso, ou mesmo, de uma ação despreziosa, muito embora, busquem esta atividade com efeito de transparência. Louis Althusser em seus *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970) traça um olhar outro para teoria marxista, pressupondo que não existe uma posição sujeito sem ideologia. Seguindo no mesmo caminho, Pechêux (1988) então, traz à baila que a linguagem também constitui o sujeito, e mais, que essa imbricação segue uma ideologia opacificada.

Diferentemente das abordagens materialistas e sócio-históricas da linguagem, há uma proposição que aponta para uma dimensão cognitiva, considerando a premissa de Paveau (2013) que entende o sujeito, para além de ser atravessado pela ideologia, o é

também por uma dimensão cognitiva, já que ele pensa, manipula, organiza informações. Mais do que mental, o cognitivo é também social e cultural, sendo mobilizado por uma extensa rede de colaboração, de cooperação e distribuição dos saberes, tanto com outros sujeitos quanto com artefatos do pensamento coletivo (como dicionários, gramáticas, lembretes, agendas, bloco de notas etc). Nesse sentido, para a pesquisadora francesa, a cognição além de ser distribuída entre dois indivíduos ou mais também o é entre indivíduos, ambientes, artefatos que se inter-relacionam de diferentes formas. Para pensar o discurso nesse entremeio, a autora propõe a noção de pré-discurso, ou seja, as anterioridades do discurso, um quadro de crenças e saberes, os quais os locutores têm à sua disposição, tratadas e estocadas antes de seres produzidas pelos locutores em seu discurso. De acordo com a autora,

Os quadros pré-discursivos coletivos são organizadores da experiência que constroem e pré-constroem ao mesmo tempo toda a percepção individual do mundo. Eles têm, portanto, uma dimensão cognitiva, que passa por uma memória conceitual que cada indivíduo tem incorporada. Essa memória conceitual não é[...] reduzida a puros conceitos mentais encapsulados nos módulos, porque ela é também ideológica, social, cultural (...). (PAVEAU, 2013, p. 136)

Diante do exposto, trabalhamos, então, as práticas linguísticas propostas por Paveau (2020c) realizadas pelos locutores, especialmente nas redes sociais, visto que entendemos que estes locais facilitam tais práticas, bem como as relações supracitadas com os pré-discursos neste ambiente e como mobilizam o ativismo digital em prol - ou não - de uma língua pura, a partir de suas práticas.

3. A linguística popular e as práticas linguísticas

Paveau e Achard-Bayle (2020a)¹³, no artigo “A linguística ‘fora do templo’”, dizem que as novas tecnologias de comunicação permitiram que os indivíduos tivessem um maior acesso aos saberes que antes limitavam-se a publicações impressas, muitas vezes também limitadas a um público específico. Com o aumento desse acesso, bem como da divulgação científica dos trabalhos realizados dentro dos muros da academia em diversos suportes, cresceu também o aumento do nível de conhecimento dos indivíduos. Nessa esteira, propõe-se uma diminuição do abismo que separa os profissionais do saber daqueles que detêm saberes profanos.

¹³ Texto original: ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Présentation. La linguistique « hors du temple », Pratiques, p. 01-15, 2008.

Tal proposta estabelece, então, um *continuum* entre estes dois extremos teóricos, passando por diferentes níveis de saber. Paveau (2020b) propõe, então, oito categorias e depois as reclassifica em dez (2020c), incluindo as posições 4 e a 8, de forma decrescente, a saber: 1) os linguistas profissionais, 2) os cientistas não-linguistas, 3) os linguistas amadores, 4) os(as) militantes, 5) os logófilos, glossomaníacos, 6) os corretores-revisores-redatores/corretoras-revisoras-redatoras 7) os escritores, ensaístas, 8) crianças linguistas, 9) os ludo-linguistas, 10) os locutores comuns.

Essa divisão não é estanque e cada falante pode transitar em diferentes posições com possibilidades de engendrar o que a autora chama de porosidade de saberes, a qual implica que “os saberes linguísticos são transmitidos para os da linguística *folk* e vice-versa” (PAVEAU, 2020b, p. 31). Isso significa que, por exemplo, um linguista, ainda que esteja na primeira posição, também está permeado por outras posições.

Cabe lembrar que o termo *folk* pode se referir a diferentes sentidos, como “popular, espontâneo, inexperiente, profano ou ordinário”, conforme Paveau (2020a)¹⁴. A par das discussões da escolha do termo – considerando que popular, em português, pode ter conotações pejorativas – adota-se aqui, como parece ser comum nos estudos da Linguística Popular no Brasil, o termo popular como o saber espontâneo dos atores sociais a respeito do mundo, diferenciando-se, assim, dos saberes acadêmico e científico. De acordo com a autora, o saber espontâneo não é passível de verificação lógica, mas constitui-se de saberes constituídos a partir da observação e experiência dos atores sociais, como também a partir das suas crenças que os guiam para a ação. Além disso, é importante ressaltar que os autores retomam a ideia desenvolvida por Paveau (2008)¹⁵:

A autora defende uma abordagem integracionista, isto é, que integre dados considerados *folk* para a linguística acadêmica, sem que uma fronteira, em termos de contrariedade (“versus”), seja colocada entre os dois tipos de fenômenos. É a questão da intuição que sustenta essa posição antieliminatória, na medida em que a linguística acadêmica não pode economizar em intuição e introspecção, por causa de sua dimensão reflexiva irreduzível. (ACHARD-BAYLE, PAVEAU, 2020a)

A partir dessas posições antieliminatória e integracionista, que consideram os saberes perceptivos, subjetivos e por vezes incompletos dos enunciados *folk*, ao invés de

¹⁴ Texto original: PAVEAU, M.-A. *Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche antiéliminativiste des theories folk*. Pratiques, ed. 139-140, p. 93-110, 2008. Uma versão modificada deste texto foi publicada na Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som da UFRJ, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/21267>. Tradução de Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF).

¹⁵ PAVEAU, M. A. *Le parler des classes dominantes, objet linguistiquement incorrect? Dialectologie perceptive et linguistique populaire. Études de linguistique appliquée*, n. 150, p. 137-156, 2008.

rejeitá-los, passa-se a integrá-los aos estudos científicos da linguagem, como também, de nossa parte, para os estudos do discurso. A linguística popular propõe-se, então, a analisar o conjunto de enunciados, o qual Paveau (2020c) qualifica como práticas linguísticas profanas, isto é, realizadas por pessoas que não tem diploma em ciências da linguagem, não pertencentes a uma comunidade científica, as quais chamaremos aqui de não-linguistas, de modo a designar, avaliar ou referir-se aos fenômenos da linguagem, relativos à sua própria língua e à língua do outro. Dessa maneira, a linguística popular reúne quatro tipos de práticas linguísticas: a descritiva, a prescritiva, a intervencionista e a emancipatória. A descritiva, na qual os representantes sociais fariam descrições ou pré-teorizações das atividades de linguagem. Os locutores geralmente fazem vereditos como “isso não é correto”, bem como julgamentos sobre a adequação entre o nome e a coisa, de modo a dizer que determinado nome não é satisfatório para algo específico. Tal atividade está presente no cotidiano, por meio de “apreciação de palavras, expressões, acentos, maneiras de falar” (PAVEAU, 2020c, p. 35).

A prescritiva, na qual os atores realizam prescrições comportamentais da linguagem, advindas de um normativismo mais ou menos exacerbado. Isso pode ocorrer por meio da condenação de neologismos, empréstimos, jargões, dentre outros, realizados pelos representantes sociais. Tais práticas profanas visam o purismo, caracterizando-se por uma axiologização performativa, por meio da qual há uma avaliação positiva daquele que domina a norma culta, possuindo riqueza lexical e correção gramatical. Um bom exemplo de uma prática prescritiva foi o projeto de lei que proibia no Brasil o uso de estrangeirismos, proposto pelo então Deputado Federal por São Paulo, Aldo Rebelo em 2001.

A intervencionista, que trata das intervenções espontâneas da língua, as quais são apontadas como falhas pelos gramáticos e puristas. Tais intervenções constituem uma prática real de linguagem profana implícita. De acordo com Paveau (2020a), as supostas falhas dos falantes justificam-se pelo princípio da economia da linguagem, sendo, assim, regularizada, simplificada ou harmonizada. As intervenções dizem respeito a campos políticos, os quais dizem respeito às realidades de territórios e populações. São também prescrições de identidade, com um grau alto de performatividade.

Por último, a prática emancipatória, no qual questiona-se determinados usos de linguagem considerados não virtuosos, como práticas homofóbicas, racistas, machistas,

ou seja, preconceituosas. Paveau (2020c) diz que muitos trabalhos da Análise do Discurso lidam com o militantismo, baseados muitas vezes sobre a prática linguística profana no uso das palavras. Os ativismos apresentados pela autora focam na forma do como falar, quais palavras usar ou não ao se referir sobre determinado grupo, bem como as formas do debate.

Como exemplo, a autora apresenta um debate a respeito do casamento entre pessoas do mesmo sexo, realizado em 2013 na França, sobre a melhor forma de se nomear essa comunhão. Tal discussão não tratava somente da prescrição ou da intervenção a respeito do termo que se utilizaria, mas da defesa da dignidade e do reconhecimento do casamento de pessoas do mesmo sexo, uma proposta de ética da língua. Essa discussão a respeito do termo – um metadiscurso profano – constitui-se como uma prática emancipatória, com a intenção de restaurar a dignidade daqueles que foram oprimidos e/ou invisibilizados.

Segundo a autora, a partir do ativismo em relação à reflexão sobre as palavras, os(as) militantes podem ser considerados como verdadeiros linguistas profanos. Ao realizar buscas no Google em 2020, a autora pôde constatar a partir do filtro “léxico antirracista”, “léxico feminista”, por exemplo, diversos retornos nos quais havia debates ideológicos, prescrições, definições lexicais e discussões a respeito do emprego ou não de determinado termo. A autora complementa:

Em todo caso, essa pesquisa na internet mostra que o militantismo é indissociável de uma reflexão sobre a linguagem, que se manifesta em um discurso metalinguístico real: os(as) militantes são, do meu ponto de vista, linguistas populares. (PAVEAU, 2020c, p. 41)

Então, vamos, na próxima seção, considerar mais diretamente e também por meio de uma pequena amostragem como esses linguistas populares valem-se de práticas discursivas digitais para defender ou rejeitar o uso da linguagem neutra.

4. Prática emancipatória de linguistas populares

Selecionamos, para análise neste artigo, duas postagens: i) um vídeo publicado no *Instagram* no perfil de Rosa Laura, no qual a própria ativista enuncia e apresenta um sistema em defesa da linguagem neutra (Figura 1); ii) um post do *Twitter* no perfil de Adrilles Jorge (Figura 2).

Figura 1: Vídeo de Rosa Laura sobre a linguagem neutra



Fonte: <https://www.instagram.com/tv/CEzM37VHu-/?hl=pt>.

No vídeo, postado na plataforma da rede social digital *Instagram*, no perfil de Rosa Laura, com o título “Tirando dúvidas sobre linguagem neutra!”, no dia 06 de setembro de 2020, com duração de cinco minutos e 15 segundos, a ativista descreve uma forma de utilização da linguagem neutra. O vídeo foi visualizado por 115.621 internautas apenas no *Instagram* e foi curtido por 6.935 internautas, com 712 comentários até o momento da escrita desse artigo¹⁶.

Como textualidade analítica, apresentamos abaixo um *print* do *tweet* de Adrilles Jorge:

¹⁶ Agosto de 2021.

Figura 2 – tweet no perfil de Adrilles Jorge



Fonte: <https://twitter.com/AdrillesRJorge/status/1419472474601840642>

Adrilles Jorge foi um anônimo que ganhou espaço na mídia com sua participação no *reality show* da TV Globo “*Big Brother Brasil*” 2015. Atualmente é comentarista no programa *Morning Show* na rádio Jovem Pan.

Este tuíte (Figura 02) foi postado às 22:29, no dia 25 de julho de 2021, através de um aparelho móvel de comunicação e tecnologia da empresa Apple (Iphone). Versa sobre a divergência por uma posição dada pelo Museu da Língua Portuguesa no que tange ao tratamento com a linguagem neutra. O *post* foi retuitado por 2.589 vezes, ou seja, a quantidade de vezes que a mesma publicação foi repostada no perfil dos seguidores de Adrilles Jorge. A postagem tem ainda 94 comentários, isto é, número de mensagens que interagem diretamente, respondendo ao que foi dito por ele. Por último, houve 12.864 curtidas na postagem. Essa é a quantidade de curtidas que a mensagem recebeu pelos seguidores do autor. Esse ato demonstra tanto a identificação dos seguidores com a publicação, quanto o apoio deles ao que foi dito na publicação.

Como vimos, quatro práticas linguísticas são consideradas pela linguística popular. No *corpus* selecionado, verificou-se que duas dessas práticas foram realizadas pelos diferentes representantes sociais.

No vídeo de Rosa Laura, entende-se que há tanto uma abordagem descritiva e quanto uma intervencionista do uso da linguagem neutra. No que diz respeito à descrição, as variações exploradas pela ativista passam desde o uso de pronomes

(pessoais, possessivos e demonstrativos) e de artigo definido às flexões de gênero em substantivos e adjetivos e suas necessárias alterações para acoplar o gênero neutro. Além disso, explica motivos e modos para adotar o gênero neutro e apresenta exemplos dessas variações. Conforme a locutora, há vários sistemas possíveis para o gênero neutro¹⁷ e o sistema escolhido para a explicação no vídeo é o sistema denominado como *ile*, com ressalva de que esse sistema não se aplica a objetos. Quanto à prática intervencionista, observamos que a locutora faz proposições regularizantes, de modo a tornar a língua mais democrática, ou seja, que, por meio da língua, as pessoas não-binárias sintam-se representadas. A discussão proposta pela militante passa necessariamente por uma questão ética, ou seja, trazer maior dignidade a grupo historicamente minorizados na nossa sociedade.

Na postagem de Adrilles Jorge, verificamos a prática prescritiva, visto que há uma prescrição a respeito do uso da linguagem neutra. O locutor informa que o museu da língua portuguesa, ao usar a linguagem neutra, está ensinando de forma “errada e ideologicamente deturpada”. Entende-se, aqui, a defesa do purismo da língua, de modo que há uma avaliação negativa do uso da linguagem neutra e, por isso, rechaçada pelo locutor. Sua discussão diferentemente da proposição anterior passa por uma questão estética, isto é, existe uma forma correta de falar e essa forma é imutável.

Além disso, o locutor faz algumas definições dos conceitos linguagem e linguagem neutra. Paveau (2013) diz que o enunciado de definição repousa sobre uma caracterização geral e coletiva, sobre o qual o locutor pode fazer de forma explícita, como também implícita, inscrita na forma deste tipo de enunciado. Ela denomina essa forma de apelo aos pré-discursos como lexicografismo e que, dentre outras possibilidades, apresentam-se na forma “X é”, conforme texto (Figura 02):

A linguagem é o signo máximo de comportamento, de cultura, comunicação, de vida. A linguagem neutra é símbolo de uma histeria identitária que quer arruinar a psique humana em nome de falso combate a preconceito.

Paveau afirma que essa definição é espontânea e subjetiva, ou seja, sem a consulta a um instrumento lexicográfico, de modo a restaurar o sentido das palavras, sobre as quais o locutor considera desviadas de uma suposta verdade do mundo. Apresentando-se a relação entre a palavra e a coisa, entende-se que haja uma adequação

¹⁷ Almeida (2020) apresenta quatro sistemas gramaticais para uso da linguagem neutra: i) Elu, ii) Ile, iii) Ilu e iv) El.

anterior ao discurso, residindo, então, no pré-discurso. Por essa prática, entendemos, mais uma vez, uma tentativa de purismo da língua.

A movimentação coletiva nas redes sociais digitais foi tangenciada como o caráter mobilizador e articulador, muito embora pareça por vezes que a mobilização é uma horda digital disforme. Mas não é bem assim, porque faz-se necessário uma ligação motivada entre os sujeitos, isto quer dizer que o estabelecimento de uma referência comum entre os sujeitos gera motivação em sustentar de forma protetiva as conexões que os ligam. Desta forma, os sujeitos antes isolados transformam-se em um grupo consolidado com uma identidade formada. Entretanto, com a formação do grupo, os valores referenciais terão um papel moderador para o comportamento dos integrantes e, assim sendo, as ações dos integrantes do grupo seguem um código de conduta coercitivo de acordo com valores referenciais do dado grupo.

A militância, então, herda não só o caráter idiossincrático referencial que coordena as relações na formação de um grupo, mas também, mobiliza suas ações em consonância com seus valores referenciais. Portanto, os grupos de ativismo digital apropriam-se inadvertidamente ou não da Linguística Popular para combater as práticas sociais de estigmatização e segregação. Com efeito, militância ressignifica o conjunto de definições pejorativas endereçado aos grupos de minorias. “Os (as) militantes, que quase sempre integram no seu ativismo uma reflexão sobre as palavras e o uso da linguagem em geral, são verdadeiros linguistas profanos”. (PAVEAU, 2020c, p. 40)

O processo de “ressignificação” feito pela militância por meio da linguística popular instaura uma “inversão ou renegociação semântica e axiológica por recontextualização dos enunciados ofensivos” (PAVEAU; COSTA; BARONAS, 2021, p.23). Desse modo, a carga semântica que antes servia para degradar seres humanos e retirar sua condição humana é ressignificada ou neutralizada para atribuir novo sentido, transformando-se em uma bandeira de luta de um determinado coletivo.

Considerações finais

A respeito das práticas linguísticas propostas pela linguística popular, Rosa Laura, no vídeo do *Instagram* que consideramos aqui, utiliza as práticas descritiva e intervencionista; pois, alicerçada numa questão ética, ela descreve os usos da linguagem neutra, por um viés de uma não-linguista e, por extensão, propõe intervenção na língua de modo que as práticas discursivas sejam mais democráticas, ou seja, inclusivas para

todas as pessoas. Adrilles Jorge, por sua vez, no *tweet* em questão, fundamentado numa questão estética, vale-se da prática prescritiva, ele condena o uso da linguagem neutra realizada por uma instituição, porém essa rejeição não se limita a dizeres específicos e sim ao uso da linguagem neutra de forma geral.

Tendo em vista a caracterização que Paveau (2020c) atribui à prática linguística emancipatória, a dos militantes: corretiva e com uma dimensão política e ética que pode até “parecer cair na prescrição e pode ser considerada como um “diga” versus “não diga” (...) e de fato tem essa forma, [m]as o que a diferencia é a intenção emancipatória, o objetivo de restaurar a dignidade” de um grupo, entendemos que Rosa Laura milita por uma linguagem inclusiva/neutra, pela não dominância do gênero masculino na língua. E, ainda com base em Paveau (2020c), constatamos que as propostas em prol do uso da desinência de gênero neutro -e e dos sistemas Elu, Ile, Ilu e El não são simplesmente prescrições normativas ligadas à correção da linguagem, são prescrições que propõem “uma ética da língua”.

O locutor Adrilles Jorge, por seu lado, não produz uma prática linguística emancipatória, mas sentidos em defesa da conservação da língua, da preservação da norma e da acusação de que o uso da linguagem neutra é errado. Não há, pois, uma proposição de uma ética da língua, apenas uma vontade de conservar a norma, seu “status quo” e com ela manter inalterada as relações de poder existentes na nossa sociedade.

Ainda que com tantas controvérsias, verifica-se que algumas conquistas foram alcançadas pelos movimentos militantes inclusivos. Eventos discursivos que mobilizam a linguagem neutra, cada vez mais presentes no cenário brasileiro por meio de propagandas, desenhos animados, dizeres de pessoas públicas, tanto nas mídias tradicionais quanto nas digitais, são determinantes para o avanço da inclusão. A querela sobre o posicionamento do Museu da Língua Portuguesa, conforme nosso entendimento, traz indiretamente uma visibilidade para a questão e mostra os posicionamentos conservadores a respeito de um purismo e uma conservação da língua inexistente.

Referências

ALMEIDA, G. C. *Manual para uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa*. 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa: Acesso: 26 ago 2021.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BORBA, R. Linguagem e gênero: a construção discursiva de identidades sociais. *Revista Estudos Feministas*, n.15, v.1. Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NHRCr8BWSv9p6PWjcxZKbx/?lang=pt>

CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 29 ed., Petrópolis: Vozes, [1970]1999.

CÂMARA JR, J. M. *História da linguística*. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, [1975]2011.

GONÇALVES, M. R. B. Linguagem neutra: “Sobre este tema, ouçam os linguistas”. In: BARONAS, R. L.; GONÇALVES, M. R. B.; SANTOS, J. A. B. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021, p.146 - 160.

HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ILIOVITZ E. R.; NETO, C. B. M. Há lógica na linguagem inclusiva? *Interfaces de Saberes*, v. 7, ed.2, 2007. Disponível em: <https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/view/62> Acesso: 30 ago de 2021.

LAPLANTINE, F. *O que é imaginário*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 26 reimp. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

OLIVEIRA, K. Linguagem neutra pode ser considerada movimento social e parte da evolução da língua. *Jornal da USP*, 18/02/2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/linguagem-neutra-pode-ser-considerada-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/>. Acesso: 15 setembro 2021.

PAVEAU, M.A. *Os Pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PAVEAU, M.A. A linguística “fora do templo”. In: BARONAS, R.L.; CONTI, T.; COSTA, J. L. (orgs.). *Linguística folk: uma introdução*. Araraquara: Letraria, 2020a, p. 13-26.

PAVEAU, M.A. Não-linguistas fazem linguística. In: BARONAS, R. L.; CONTI, T.; COSTA, J. L. (orgs.). *Linguística folk: uma introdução*. Araraquara: Letraria, 2020b, p. 27-43.

PAVEAU, M.A. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. In: BARONAS, R. L. & COX, M. I. P. (orgs.). *Linguística popular/Folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas*. Homenagem a Amadeu Amaral. Campinas: Pontes, 2020c, p. 51-64.

PAVEAU, M.A. COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. *Ressignificação em Contexto Digital*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

POSSENTI, S. Questão de Gênero. *Ciência Hoje*, 29/06/2012. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/questao-de-genero/>. Acesso: 30 agosto 2021.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que se bem diz bem se entende*. 2014. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso: 15 agosto 2021.

SIMULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA SECUNDARISTAS (SiNUS). UnB. *Manual de linguagem inclusiva*. SINUS 2017. Disponível em: <http://sinus.org.br/2015/wp-content/uploads/2017/05/SiNUS-2017-Manual-de-Linguagem-Inclusiva.pdf>. Acesso: 15 agosto 2021.